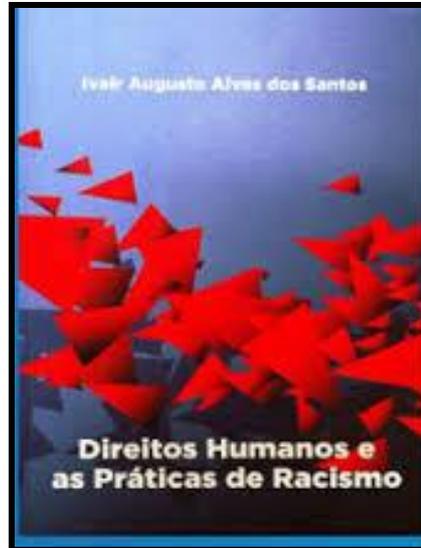

ATÉ QUANDO E AONDE IREMOS COM ISSO? RACISMO INSTITUCIONAL, VERGONHA NACIONAL!

Denise Maria Soares Lima^(*)



SANTOS, Ivair Augusto Alves dos. 2012. *Direitos Humanos e as Práticas de Racismo*. Brasília, Fundação Cultural Palmares, 380 p.

A mais recente obra *Direitos Humanos e as Práticas de Racismo* do pesquisador Ivair, como é conhecido, apresenta um estudo detalhado sobre as práticas de racismo impregnadas no cotidiano brasileiro, principalmente nas instituições nacionais. A publicação é constituída de apresentação, cinco capítulos, conclusão, referências e anexos. Na apresentação, Lourdes Bandeira, socióloga da Universidade de Brasília, chamada a falar sobre o livro, antecipa: “Trata-se de uma publicação relevante, na medida em que o fundamento teórico aponta para discussões entre o potencial emancipatório dos direitos humanos e a complexidade causal das relações brasileiras, interligadas a vários problemas histórico-sociais e políticos”.

No capítulo inicial, intitulado *O racismo institucional*, o autor tece uma trajetória sobre a presença do racismo no Brasil e expõe as diversas ocorrências raciais no país cujas facetas são reproduzidas por mecanismos de “neutralização e universalização” tão bem pontuados pela

^(*) Denise Maria Soares Lima é advogada e professora. Mestre e doutoranda em Educação, especialista em Língua Portuguesa pelo Universitário de Brasília e em Educação na Diversidade e Cidadania, com ênfase na Educação de Jovens e Adultos. Professora experiente da rede do ensino público do Distrito Federal, SEDF, desenvolve projetos para Educação Antirracista em salas de aula.

percepção do pesquisador. Desde logo, revela qual será sua tônica no decorrer do texto: discorrer sobre as práticas do racismo, trazidas em dados quantitativos e qualitativos, em face do sistema judicial, que mantém e corrobora uma sociedade hierarquizada.

Imperioso, o segundo título faz jus à participação histórica do Movimento Negro Unificado na luta contra a violência policial, cujos atores merecem destaque já que sempre em conexão com entidades de defesa dos direitos humanos. O autor relata: “ o surgimento do MNU, em 1978, foi um fato novo, pois representava um discurso novo que reivindicava a identidade negra na luta pela democracia e pelos Direitos Humanos. Um processo difícil” (p. 44). Agrega ainda ao capítulo, casos de violência envolvendo negros e policiais, analisando mais uma vez a presença de estereótipos e preconceitos enraizados que propiciam e fomentam o racismo institucional.

Em *Direitos Humanos e antirracismo*, Ivair faz uma análise histórica e sistematizada sobre a implementação da legislação antirracista no Brasil à luz dos direitos humanos. Seu estudo pormenorizado salienta também a articulação entre entidades negras, inclusive movimentos sociais negros, e a relação entre o número de ações penais em alguns Estados da Federação, concluindo, com base nos dados apresentados, a necessidade de estratégias no Poder Judiciário, tais como: a) programa de incentivo à presença de negros no poder judiciário; b) programas de ações afirmativas; e c) implementação de tratados internacionais de Direitos Humanos pelo judiciário para a superação da compreensão atual que entende racismo como injúria. Acresce ainda que o judiciário brasileiro, ao desconsiderar as Recomendações das Nações Unidas, colabora para o continuísmo da não garantia dos direitos da população negra.

O quarto capítulo, *Que faremos com os brancos?*, apresenta, em sua essência, a questão das relações raciais no Brasil ditada pelo privilégio de cor, relatando estudos que levaram em consideração a temática da branquitude, sob o aspecto psíquico. Com minúcias, o autor impressiona ao realizar um levantamento entre termos insultuosos em relação aos negros no período entre 2000 a 2007. Ilustra seu estudo avaliando atentamente discursos sobre a presença da discriminação racial no Brasil e exemplos de estudos de casos ocorridos no poder judiciário, trazendo à tona a voz dos operadores do direito, sejam juízes, promotores ou desembargadores. Em todas as amostras, o exame do autor é esmiuçador ao confrontar as fontes e documentos trazidos por recortes de processos judiciais às especificidades reveladas pelos mesmos quando se trata da imagem do negro na sociedade, exposta explicitamente de maneira negativa.

De especial relevância, o quinto capítulo dedica-se a estudar *Lutas e resistência das mulheres negras*, examinando a contribuição das mulheres, sob diferentes enfoques, entre os quais destaca a religião. Em relação ao segmento feminino, os dados assinalados revelam sobremaneira a

existência de dupla discriminação: raça e gênero, particularmente nas relações de trabalho, onde as negras, em sua maioria, laboram como domésticas. Ainda neste capítulo, Ivair evidencia episódios racistas, pondo em foco a mulher negra. Sobressaem nas narrativas as múltiplas formas de insultos nas quais a mulher negra enfrenta cotidianamente: da cor ao cabelo, da exposição midiática à relação trabalhista. Neste contexto, o livro resenhado investiga também os modos de enfrentamento adotados pelas negras em face da discriminação, cuja liderança é devidamente mencionada pelo autor.

Por fim, o último capítulo *Direito Humanos: uma nova abordagem na luta antirracista* explicita a constituição de uma sociedade antirracista diante das demandas internacionais em relação aos direitos humanos. Nessa agenda internacional, o pesquisador adianta que apesar de algumas questões estruturantes terem avançado, positivamente, tais como as ações afirmativas, no Brasil, há um conjunto de obstáculos consolidados que edifica e reitera o fracasso do Estado brasileiro em relação ao racismo institucional. Elucida a questão citando o caso Simone Diniz cujo parecer internacional confirmou o padrão da justiça brasileira: sexista, racista, alheia.

No conjunto da obra, percebe-se que Ivair alcança o seu objetivo – investigar as práticas racistas em virtude dos direitos humanos – e vai além quando, ao realizar seu propósito, faz um resgate histórico dos fatos marcantes na construção do racismo no Brasil. Nesse apanhado, enriquece seu trabalho com prestigiosos nomes que pesquisam sobre a temática racial, tais como Hasenbalg, Silvério, Bento, Sodré e outros. No corpo do livro, nenhum documento ou informação é anexado de modo superficial, todos cumprem a função de ratificar os argumentos desenvolvidos pelo pesquisador. E mais: somam-se ainda tabelas, gráficos, recortes de sentenças e de depoimentos e algumas fotografias.

Os pontos eleitos para discussão foram cuidadosamente tratados. Neste sentido, o autor priorizou tratar da presença da discriminação racial no sistema penal e demonstrar seus modos de participação, reprodução e manifestações em uma sociedade racializada. Percebe-se que o discurso de Ivair é autêntico, contagiante, transparente. Em diversos momentos, o pesquisador criterioso dá lugar ao brasileiro negro e ativista:

Escritores, professores, deputados, ministros, presidentes da República, governadores, prefeitos, gestores públicos de maneira geral, até admitem que existe o racismo, mas são incapazes de perceber o que isso provoca em nossa sociedade e, de maneira cínica, transferem somente aos negros a responsabilidade de mudança. (p. 319).

Não por acaso publicações como essa acabam cumprindo múltiplas funções – investigar, relatar, denunciar, historiar, fomentar – que promovem outros tantos desdobramentos decorrentes

de um estudo com esse teor teórico-científico e crítico. Ciente disso, o professor Ivair em várias oportunidades sugere caminhos para a pesquisa acadêmica já que no próprio transcurso de sua pesquisa constatou a ausência de trabalhos sobre os brancos nas relações raciais com negros, por exemplo.

No que tange à linguagem, é clara e objetiva. Dada a natureza do tema tratado, o autor não permite devaneios. Em dado momento, confessa: “O texto que compreende este capítulo foi feito com muito sofrimento e tristeza, pois ler e reler as sentenças sobre práticas de racismo é um pouco reviver os momentos de dor e solidão de milhões de pessoas que vivenciam isso diariamente” (p. 136). De fato, o material inserto em quase toda obra não publica segredo algum, mas publicita o racismo institucional e a discriminação racial, e, em relação a esses, o autor não ameniza o discurso.

A obra de Ivair resulta em estudo exitoso sobre a persistente violação de direitos humanos no Brasil. Os dados recentes chamam a atenção para o fato de que entre a legislação constitucional e infraconstitucional e a efetiva garantia de direitos instituída nesses ordenamentos há um vergonhoso abismo, dando-nos a impressão de que estamos no limiar do século antepassado. A obra deixa uma impressão nada otimista em relação ao futuro, ao concluir: “O conjunto destas instituições promove um discurso frágil, solidário, mas pouco proativo na defesa de ações afirmativas voltadas para a população negra” (p. 318). Nas ações específicas delineadas, esse porvir é sombrio, já que, para o autor, há necessidade de que o racismo seja reconhecido como estruturante da sociedade brasileira.

O livro resenhado, ao desvelar o racismo e a discriminação racial manifestos nas instituições brasileiras e o mecanismo sobre os quais se estruturam, promove no leitor inúmeras sensações, entre elas corar-se diante da vergonha em saber que ainda não é possível responder a pergunta título: Até quando e aonde iremos com isso?

Recebido em: 14/10/2013

Aceito em: 28/11/2013